

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM OLHAR SOBRE O CURRÍCULO ESCOLAR



<https://doi.org/10.22533/at.ed.944152506059>

Data de aceite: 15/5/2025

Claucenira Bandeira da Silva

Doutorado em Biotecnologia pela Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), ponto focal Piauí-Universidade Federal do Piauí (UFPI). Professora Orientadora de TCC do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) Campus Pedro II.
<http://lattes.cnpq.br/7668841817391373>

Domiciano de Castro Oliveira

Graduado no curso de Licenciatura em Ensino de Ciências – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – Campus Pedro II – PI.
<http://lattes.cnpq.br/4688694982261995>

Maria Luiza Oliveira de Aguiar

Graduanda em Licenciatura Plena em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Piauí, UESPI, Campus Heróis do Jenipapo.
<http://lattes.cnpq.br/6778724374953071>

RESUMO: A educação do campo no Brasil apresenta histórico curricular, que desfavorece o ensino dessa população. O ensino nas comunidades rurais, sempre foi oferecido de forma singular, sem ofertar condições de aprendizagens que atendessem as necessidades da comunidade local.

Nesse trabalho objetivamos observar, através de um estudo bibliográfico qualitativo, como escolas do campo desenvolvem seu currículo escolar e se ocorre a valorização dos saberes locais na implementação do mesmo. Foram analisados trabalhos publicados nos últimos dez anos (2010-2020) disponíveis nos bancos de dados Scielo, Periódico Capes, Portal do MEC e arquivos da UFPI e da PUCPR. Constatou-se que, de modo geral, o ensino no campo permanece embasado em currículos inadequados para atender esse público e que não houve muitas inovações e investimentos nessa modalidade. O currículo é pronto e planejado a partir de um modelo urbano, sem considerar a realidade dos alunos moradores do campo e seus saberes locais e sem a preocupação com o aprofundamento do saber escolar. Esse currículo precisa sofrer mudanças urgentes para poder atender as necessidades dessa população. Em contrapartida pode-se também observar que é possível a constituição de um currículo que contempla os saberes e o cotidiano dos alunos e fundamenta as práticas pedagógicas a realidade.

PALAVRAS – CHAVE: Ensino Campesino. Educação no campo. Saberes do cotidiano. Ensino Rural. Ensino de Ciências.

FIELD EDUCATION: A LOOK AT THE SCHOOL CURRICULUM

ABSTRACT: Rural education in Brazil has a curricular history, which disadvantages the teaching of this population. Education in rural communities has always been offered in a unique way, without offering learning conditions that would meet the needs of the local community. In this work we aim to observe, through a qualitative bibliographic study, how rural schools develop their school curriculum and whether local knowledge is valued in its implementation. Studies published in the last ten years (2010-2020) available in the Scielo, Periodico Capes, MEC Portal and UFPI and PUCPR archives were analyzed. It was found that, in general, teaching in the field remains based on inadequate curricula to serve this audience and that there were not many innovations and investments in this modality. The curriculum is ready and planned based on an urban model, without considering the reality of students living in the countryside and their local knowledge and without the concern with the deepening of school knowledge. This curriculum needs to undergo urgent changes in order to meet the needs of this population. On the other hand, it can also be observed that it is possible to create a curriculum that contemplates the students' knowledge and daily life and bases the pedagogical practices on reality.

KEYWORDS: Rural Education. Education in the field. Daily knowledge. Rural Education. Science teaching.

INTRODUÇÃO

O debate sobre a educação do campo vem crescendo de forma significativa nos últimos anos no Brasil impulsionado pelas lutas dos movimentos sociais do campo e a persistência de muitos educadores comprometidos com a transformação, tanto das políticas de educação desenvolvida no meio rural, quanto com as condições de exclusão social, negação de direitos e invisibilidade em que vive a população do campo (Lima, 2013). Infelizmente o Brasil apresenta um sistema educacional que não corresponde à realidade e os costumes dos jovens do campo, pois suas políticas se constroem ou se estruturam a partir de determinações ou do modo de produção capitalista (Longo et al, 2013). Durante muito tempo o camponês foi visto como não merecedor da educação oferecida nos centros urbanos e quando se deu início a algum tipo de escolarização aos povos do campo, fez-se de acordo com a educação urbana. Assim, induziu-se o fracasso, projetando a comprovação que não há desenvolvimento na educação que é oferecida aos povos do campo, utilizando a educação como uma forma de subalternizar e silenciar esses sujeitos (Torres, 2013).

O surgimento da Educação do Campo está relacionado diretamente a reivindicações dos movimentos sociais, não ao Estado, comprovando a falta de interesse estatal e evidenciando a ausência de políticas públicas específicas para o setor rural (Vendramini, 2007) a Educação do Campo nasceu através de movimentos sociais emergentes nos anos 90 (Sousa, 2008), nasceu como crítica à realidade da educação brasileira, particularmente à situação educacional do povo brasileiro que trabalha e vive no/do campo (Caldart, 2009). Segundo (Caldart *et al*, 2011, apud Brito, 2020), existe um abismo entre as propostas

pedagógicas utilizadas no campo, por utilizarem como parâmetro as metodologias utilizadas nas escolas urbanas, e a realidade dos alunos; assim, a educação não contribui para que os sujeitos do campo compreendam sua realidade.

A criação da Lei 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, trouxe avanços alguns avanços para essa discussão, entretanto, na prática, a escola para os povos do campo, não contempla as necessidades específicas dos povos do campo (Lima; Costa; Pereira, 2017). A instituição das Diretrizes Operacionais para Educação do Campo em 2002, significa um grande avanço na educação do campo, e uma grande conquista dos movimentos sociais do campo, demarcando a emergência de um novo paradigma educacional, para a educação do campo (Haudt e Rivatto, 2012).

A organização do currículo das escolas do campo se dá de forma vertical e fragmentada, sem a preocupação com o aprofundamento do saber escolar e sem articulação com os saberes locais produzidos pelos alunos (Lima, 2013). É preciso reconhecer o cunho político e ideológico do currículo. A ideologia dominante disputa espaços nesse documento que guia a vida escolar e acaba por ser reproduzida sem questionamentos (Vilela e Senra, 2020). O tipo de currículo que os povos do campo precisam, é aquele em que os conteúdos escolhidos dialoguem entre si e ao mesmo tempo se articulem com o mundo da vida, com o cotidiano da comunidade (Sousa, 2013). Para Melo (2011), no trabalho pedagógico realizado pela escola do campo, o currículo escolar não contempla conteúdo da realidade dos alunos. Em sua maioria, contempla apenas conteúdos de currículos urbanos, aquém da realidade campestre. Dessa forma, os alunos encontram-se deturpados com conhecimentos desconexos de sua realidade.

A construção do currículo na, e da escola, não pode negar a realidade que a cerca, não pode negar a existência dos sujeitos que a constitui (Lima, 2013), se o currículo da educação do campo, tem sido prescritivo e homogeneizante, desassistido de uma política da diferença cultural, já que os conteúdos são os mesmos da cidade e não contemplam elementos da cultura campestre, então, cabe à escola pensar políticas curriculares específicas (híbridas), ou adequar a existentes, para que não sejam apenas meros discursos e textos (Santos, 2015), os currículos, além da base comum, deverão contar com uma base diversificada, de acordo com as características regionais e locais das redes de ensino, (Ministério da Educação, 2013).

Partindo do princípio de que o currículo é uma construção social, esse trabalho teve por objetivo uma reflexão sobre a organização do currículo em diferentes escolas do campo, de diferentes regiões brasileiras estabelecendo uma analogia entre elas.

METODOLOGIA

Este estudo é uma pesquisa bibliográfica realizada no período de março a abril de 2021. Segundo Gil (2007) a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

Como tema foi escolhido o “currículo das escolas do campo”. Foram analisados artigos científicos publicados nos Periódicos CAPES e SCIELO, além de arquivos de Universidades como a UFPI e PUCPR e também no Portal do MEC. Como a Educação encontra-se em constante construção e modificação de sua legislação, especialmente a Educação no Campo, considerou-se apenas as pesquisas realizadas nos últimos dez anos, compreendendo o período de (2010 a 2020). Como critério de inclusão foram considerados os artigos, teses e dissertações escritos na língua portuguesa, publicados dentro do período de tempo escolhido para o levantamento bibliográfico e que estivessem de acordo com os objetivos do presente estudo. Após a análise do resumo e título dos artigos encontrados, foram escolhidos como critérios de exclusão, artigos duplicados, que não estavam disponíveis para leitura completa ou em outras línguas, além dos que focavam em temáticas diferentes da trabalhada nesta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A construção de um currículo escolar deve ser pensada de modo a proporcionar a todos a liberdade de aprender (Arroyo, 2013). Nos últimos anos muito se discute sobre a organização curricular do ensino em escolas do campo. Partindo de uma visão descentralizada, na observância da necessidade de reformulações do ensino oferecido a esses sujeitos. Para Longo et al. (2013) o aluno do campo precisa ter acesso ao conhecimento sistematizado, para que possa ter argumentos e lutar por seus direitos, bem como facilitar a relação entre família, escola e comunidade.

De acordo com o documento orientador da educação do Campo do Ministério da Educação, o ensino em comunidades rurais deve se desenvolver com o intuito de promover a melhoria das condições de acesso, permanência e aprendizagem dos estudantes do campo (Brasil, 2013). Assim, o sistema de ensino campesino dispõe de amparo legal para promover adaptações ao currículo e abordar a contextualização dos conteúdos das ciências, integrando-os ao conhecimento cultural das comunidades para que possa garantir a valorização dos saberes dessas populações no âmbito escolar.

Os resultados obtidos na pesquisa científica encontram-se na Tabela 1. Após a leitura do resumo, restaram apenas seis artigos que descrevem o currículo da educação no campo.

Um trabalho realizado por Haje e Barros (2010) debate os resultados das pesquisas que o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação do Campo na Amazônia – GEPERUAZ vêm realizando sobre a realidade das escolas multisseriadas no Estado do Pará. Esse

estudo coloca em debate o papel do currículo da escola do campo organizado sob a perspectiva da multisseriação, analisando a materialização do modelo de ensino seriado na configuração da identidade do trabalho docente realizado nessas escolas.

Descritores da pesquisa		
Bancos de dados	Currículo urbano adaptado para o campo	Currículo contextualizado para o campo
Revista Scielo		01
Portal MEC		01
Periódicos Capes	05	03
Arquivo da UFPI		01
Arquivo da PUCPR		01

Tabela 1: Publicações científicas de bancos Scielo, Periódicos Capes, Portal do MEC, Arquivo da UFPI e arquivo da PUCPR.

Fonte: Dados da pesquisa, (2021).

Os resultados demonstram a precarização da escola no campo, fato comum em escolas que adotam esse sistema de ensino.

“No Estado do Pará, os resultados que temos obtido com os estudos realizados pelo GEPERUAZ sobre a educação do campo e sobre as escolas multisseriadas mais especificamente, revelam o quadro dramático em que se encontram essas escolas, submetidas a um processo de precarização e abandono, demonstrando o descaso com que a escolarização obrigatória dos sujeitos que vivem no campo tem sido tratada pelo poder público”. (Haje e Barros, 2010, pág. 352).

Sobre a identidade da escola multisseriada na Amazônia afirmam:

“As situações que vivenciam os sujeitos do campo para garantir o acesso e a qualidade da educação nas escolas multisseriadas, em grande medida estão diretamente relacionadas com a política educacional e curricular das escolas do campo na Amazônia, situação que envolve fortes repercussões sobre o fracasso escolar dos sujeitos do campo, expresso nas taxas elevadas de distorção idade-série, de reprovação e de dificuldades de aprendizagem da leitura e escrita, comprometendo a qualidade do processo educacional ofertado por essas escolas”. (Haje e Barros, 2010, p. 352).

Para os autores é pertinente a adoção de um novo modelo teórico de currículo para a escola do campo que tenha como objeto de conhecimento os saberes docentes vinculado à materialidade da sua origem social, fazendo-se necessário pensar num currículo da escola aberto às experiências sociais construídas na relação entre os desafios mais abrangentes do contexto escolar com os saberes curriculares e dos livros didáticos, sendo urgente a necessidade de superar a unilateralidade de práticas curriculares exercidas no espaço de sala de aula e nelas encerradas.

Uma outra pesquisa realizada no estado do Amazonas por Maldonado e Sousa (2016) acompanhou o movimento dos cotidianos que compõem a vida de crianças ribeirinhas que vivem às margens de um rio em meio à floresta amazônica. Destacando os *saberes-fazer*s de suas vidas para poderem perceber como esses *saberes-fazer*s habitam o currículo da escola.

“A pesquisa realizada teve o propósito de cartografar o cotidiano das crianças ribeirinhas e mostrar que existe algo intempestivo, barulhento que pulula com a vida ordinária, os *espaçotempos* de uma escola que habita no campo da diferença, que faz oposição ao decalque de escola instituído pelo projeto moderno de sociedade. As narrativas contadas, os *espaçotempos* vividos pelas crianças, ora na beira do rio, ora na escola, mostram que a vida não segue um sistema pré-fixado. Os *praticantes-pensantes* ribeirinhos nos mostram que existe a diferença na/da infância e, deste ponto de vista, nasce a necessidade em se pensar na/para/com a diferença. As experiências dos *praticantes-pensantes* do cotidiano *ribeirinho-amazônida* criam um espaço de escape em que histórias de contestação, resistência e insubordinação vão tecendo novas redes de significações que podem subverter as “verdades hegemônicas”. No caso da pesquisa, o currículo praticado no cotidiano escolar das crianças ribeirinhas se contrapõe e problematiza o currículo escolar monocultural estabelecido como regime de verdade”. (Maldonado e Souza, 2016. p.315).

Muito além do que está previsto nas propostas curriculares oficiais, o cotidiano escolar é um ambiente privilegiado de produção curricular (Ferreira e Carvalho, 2011). É por meio do currículo vivido e praticado que os praticantes do cotidiano escolar dão sentido às práticas de *ensino-aprendizagem* desenvolvidas na escola (Carvalho, 2009). Os saberes e fazeres do cotidiano não podem ficar silenciados no chão da escola, precisam ser contemplados no espaço tempo escolar, mesmo não estando registrado no currículo da escola, sendo necessário a desconstrução da ideia de um currículo monocultural estabelecido como pragmatismo absoluto (Maldonado e Souza, 2016).

No Estado do Mato Grosso Vilela e Senra (2020) realizaram um estudo sobre o currículo da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Marechal Cândido Rondon, com o objetivo de interpretar e descrever, pelo viés da Educação do Campo, o currículo dessa escola. Concluíram que esse está construído sob a lógica do agronegócio e de um modelo de campo preconizado pela hegemonia neoliberal, sendo necessário que a instituição articule o seu Projeto Político Pedagógico (PPP) às políticas públicas da Educação do Campo, desenvolvendo novas propostas curriculares que contemplem a diversidade a que a escola atende.

“Ligar o currículo oficial à realidade dos educandos é um desafio possível. É inadmissível que tal documento, que fundamenta as práticas pedagógicas, continue a estar desvinculado da realidade. No contexto da Educação do Campo, a mudança desse paradigma de desconexão só será construída se a escola buscar uma identidade própria. Devemos compreender que não há um modelo único de educação; são realidades distintas, sujeitos com culturas e necessidades diversas, e a escola precisa contemplar tal diversidade”. (Vilela e Senra, 2020 p. 528).

É necessário que as experiências e as vivências específicas de grupos ou regiões façam parte do processo de ensino-aprendizagem, como reflexo do conhecimento vivo produzido pela sociedade, se a escola desconsidera esses saberes, o currículo torna-se superficial e fragmentado, já que se distancia da realidade do aluno (Arroyo, 2013). Para Vilela e Senra (2020) faz-se necessário buscar o fortalecimento de uma abordagem libertadora, que dê conta de formar sujeitos para a vida, animados por uma postura de luta pela justiça social. Nesse contexto, deve-se compreender que educar para a vida perpassa também pelos dispositivos do currículo oficial, o qual deve combinar os conhecimentos produzidos pela humanidade e as especificidades culturais dos públicos a que se destinam.

No estado do Mato Grosso do Sul, Brasil e Santos (2015) realizaram um estudo de caso, objetivando identificar práticas docentes de educação do/no campo, com foco na relação entre o currículo proposto e o cotidiano desse ambiente. A análise dos dados mostrou a carência de políticas públicas em relação aos modelos específicos nos currículos da educação do campo. O currículo é pronto e planejado a partir de um modelo urbano, sem considerar a realidade dos alunos moradores do campo. Existindo ainda uma falta de conhecimento sobre o conceito de educação do campo. Assim, existe um vazio em tais currículos, que não partem de um contexto específico para a realidade existente, resultando no desenvolvimento de práticas desvinculadas das demandas.

“Pode-se dizer que as professoras seguem um currículo urbanizado e acreditam estar valorizando a cultura de seus alunos. Na escola pesquisada, não há nenhuma especificidade do homem do campo, e o que se vê é uma escola dita do campo, situada na zona rural, sendo adaptada a uma realidade cultural diversa da dos alunos ali inseridos, em um contexto desprovido da realidade campesina. Do que se pôde observar, as professoras seguem um currículo pronto, “imposto”, que foi planejado em um modelo urbano, sem considerar a realidade daqueles alunos, além de que se percebe a falta de conhecimento, pelos sujeitos, sobre o conceito de educação do campo. Dessa forma, emerge um vazio em tais currículos, uma vez que não partem de um contexto específico para a realidade existente, resultando no desenvolvimento de práticas desvinculadas da demanda”. (Brasil e Santos, 2015 p.80).

Para Fernandes, Cerioli e Caldart (2004) a educação do campo deve defender o direito que uma população tem de pensar o mundo a partir do lugar onde vive, porém se observa que a educação no campo é na verdade uma educação territorial, pois contempla a cidade.

Brito (2020), analisou um projeto escolar de caráter multidisciplinar desenvolvido em uma turma multisseriada na Escola Municipal Sebastião Novais, área campesina do município de Ibiassucê na Bahia, objetivando descrever práticas que visam (re)significar o ensino, discutir e refletir sobre questões relevantes à Educação do Campo. Concluindo que o projeto contribuiu para desconstrução de estereótipos relacionados ao campo, ao desenvolver atividades que consideraram a riqueza cultural, assim como a valorização dos recursos disponíveis na região.

“O projeto se apresenta, então, como uma possibilidade de considerar problemas e situações reais como ponto de partida para a construção de saberes sistematizados, valorizando espaços e vivências que fazem parte da construção identitária dos sujeitos, dando ao contexto escolar uma significação para além da reprodução de métodos, levando-os a refletirem, compreenderem e explorarem o chão em que pisam, considerando-o como fundamental para a construção de uma sociedade mais democrática”. (Brito, 2020 p.103).

Segundo a autora, enquanto sujeitos do campo, os alunos que residem nas zonas rurais devem ter acesso a uma educação de qualidade que faça sentido para eles, é preciso explorar a realidade como fonte de situações que podem ser examinadas utilizando as áreas do conhecimento fazendo com que a aprendizagem se torne mais atrativa e significativa. Para concluir ela afirma:

“É possível afirmar que a escola do campo é um espaço rico de possibilidades e que dele podemos retirar possibilidades para a construção de uma escola campesina de qualidade, que valorize e reconheça seus espaços e povos como primordiais na construção de uma educação humanizada que forme em sua integralidade”. (Brito, 2020 p.103).

É possível e legal, do ponto de vista da lei, considerar os alunos como sujeitos do conhecimento e atores históricos e sociais, possibilitando um diálogo entre os diferentes saberes que se entrecruzam no cotidiano da escola.

Torres (2019) realizou uma pesquisa na Ecoescola Tomas a Kempis, localizada em Pedro II -PI, objetivando a investigar como as práticas educativas desenvolvidas na Ecoescola contribuem para a formação crítica e a emancipação dos/as educandos/as. Concluindo que a prática educativa desenvolvida é pautada num projeto de libertação humana e traz contribuições importantes para a emancipação dos/as educandos/as, na medida em que fomenta a criticidade, a autonomia, a organização coletiva e a troca de experiências com as comunidades do campo.

“Os princípios políticos e pedagógicos da Educação do Campo são incorporados na prática educativa da Ecoescola através de atividades vinculadas à realidade dos/as educandos/as; no reconhecimento dos saberes dos povos do campo e na articulação destes saberes aos conteúdos escolares; no compromisso com o desenvolvimento sustentável da região do semiárido, por meio de práticas agroecológicas, dentre outras ações. Além disso, a Ecoescola desenvolve um conjunto de ações na perspectiva da inserção crítica dos/das educandos/as na comunidade”. (Torres, 2019 p.109).

A Educação do Campo configura-se como uma estratégia de luta política na construção de um novo modelo de sociedade, mais justo e democrático.

“Compreendemos que a experiência desenvolvida pela Ecoescola Thomas a Kempis fortalece essa luta e contribui na construção de um projeto educativo pautado na valorização dos saberes e modos de vida dos povos do campo”. (Torres, 2019 p.108).

A escola do campo pode e deve construir um currículo desvincilhado das implantações capitalistas, que excluem a cultura campesina (Molina, 2017), a efetivação do currículo tradicional gera prejuízos aos educandos campesinos, pois está desvinculado dos anseios dessa população (Castro, 2017). É necessário e urgente que as escolas repensem seus currículos, tornando-os mais democráticos e abertos para o diálogo com os diferentes saberes produzidos para além dos contextos escolares e acadêmicos, possibilitando o encontro de saberes e a ressignificação das práticas educativas e suas finalidades (Lima, 2013).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste estudo oportunizou a compreensão do modelo curricular desenvolvidos em diversas escolas rurais. A partir dos dados bibliográficos analisados, constata-se a necessidades de implementação do currículo escolar rural que atenda a parte diversificada, assegurada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9.394/9 em seu artigo 28 e pelo Programa Nacional de Educação no Campo (Pronacampo), estruturado a partir do Decreto nº 7.352/2010, que garante que a educação no campo constitui-se de um conjunto de ações voltadas ao acesso e a permanência na escola, à aprendizagem e à valorização do universo cultural das populações do campo.

Observou-se que há muitas defasagens no ensino oferecido à população do campo, sendo destacado especialmente pela falta de políticas públicas na organização e adequação do currículo. De modo geral, o ensino do campo não dispõe de direcionamentos que contemplem os saberes locais das comunidades, destituindo essa população de participar de forma efetiva da construção dos saberes desenvolvido na escola.

Entretanto foi possível observar também que é possível construir um currículo que considere os alunos como sujeitos do conhecimento e atores históricos e sociais, possibilitando um diálogo entre os diferentes saberes que se entrecruzam no cotidiano da escola.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, H. S. CRUZ, D.C., BATALHA, D.V. **Currículo: Busca da identidade do campo**. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Curitiba, 7 a 10 de novembro de 2011.

BRASIL, K. C. SANTOS, V. L. F. O cotidiano escolar na visão de professoras da educação do campo na região leste do estado de Mato Grosso do Sul: um estudo de caso. **Revista de Educação Popular**, v. 14, n. 2, 2015.

BRITO, T. N. Educação do Campo: Caminhos possíveis para construção de práticas educativas significativas. **ReDiPE: Revista Diálogos e Perspectivas em Educação**, v. 2, n. 1, p. 90-105, 2020.

CALDART, R. S. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. **Trabalho, educação e saúde**, v. 7, p. 35-64, 2009.

CARVALHO, J. M. O cotidiano escolar como comunidade de afetos. **Petrópolis: DP et Alii**, 2009.

CARVALHO, J. M. **A razão e os afetos na potencialização de “bons encontros” no currículo escolar: experiências cotidianas.** In: FERRAÇO, C. E. (Organizador). **Currículo e educação básica: por entre redes de conhecimentos, imagens, narrativas, experiências e devires.** Rio de Janeiro: Editora Rovelte, 2011.

CASTRO, E. B. **Discursos Sobre Currículo em Dissertações no Âmbito do Tema Educação do Campo.** Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional, Curitiba, v. 12, n. 31, p.103-124 jan./abr. 2017

DUARTE, A. P. M.; NASCIMENTO, P. B. S.; CARNEIRO, V. M. O. **Currículo contextualizado: Dialogando sobre princípios, concepções e sujeitos na construção de um currículo para a convivência com o semiárido.** In: DUARTE, A. P. M., CARNEIRO, V. M. O. **Contribuições para construção de um currículo contextualizado para o semiárido.** - Feira de Santana: MOC/Curviana, 2013. Pág.: 33 a 60.

FERRAÇO, C. E. Pesquisa com o cotidiano. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 98, p. 73–95, jan. 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAGE, S. A. M.; BARROS, O. F. Currículo e educação do campo na Amazônia: referências para o debate sobre a multisseriação na escola do campo. **Espaço do currículo**, v. 3, n. 1, p. 348-362, 2010.

HAUDT, F. M.; RIVATTO, L. B. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo e as Políticas Públicas para a Educação.** Anais do Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão, v. 4, n. 2, 2012.

LIMA, E. S. Educação do campo, currículo e diversidades culturais. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.6, n.3, n.2, p. 303-317, 2013.

Lima, M. A.; Costa, F. J. F.; Pereira, K. R. C. Educação do campo, organização escolar e currículo: um olhar sobre a singularidade do campo brasileiro. **Revista e-Curriculum**, v. 15, n. 4, p. 1127-1151, 2017.

LONGO, L. FORGIARINE, L. F., MACHADO, C.L.B., MANFROI, W.C. Educação do Campo: Pronera - Uma política em construção. **Revista Conhecimento Online**, Vol.1, 2013.

LOURDES, M. A. S. **Contribuições para a construção de um currículo contextualizado para o semiárido/** - Feira de Santana: MOC/Curviana, 2013.

MALDONADO, M. M. C.; SOUZA, E. Saberes e fazeres do cotidiano: O currículo na/da escola do campo ribeirinha. **Revista Espaço do Currículo**, v.9, n.2, p.303-317, 2016.

MELO, J. C. **Por entre as águas do sertão: currículo e educação ambiental das escolas rurais do Jalapão.** São Paulo, 2011. Tese (Doutorado em Educação: Currículo), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP).

MOLINA, M. C. Contribuições das Licenciaturas em Educação do Campo para as políticas de formação de educadores. **Educação & Sociedade**, v. 38, p. 587-609, 2017.

SANTOS, A. L. **Educação Do Campo: Discursos Sobre Currículo, Identidades E Culturas.** Dourados, MS: UFGD, 2015.

SOUZA, M. A. SOUZA, Educação do campo: políticas, práticas pedagógicas e produção científica. **Educação & Sociedade**, v. 29, p. 1089-1111, 2008.

SOUZA, M. L. A. **Porque precisamos de um currículo contextualizado?** In: DUARTE, A. P. M., CARNEIRO, V. M. O. **Contribuições para construção de um currículo contextualizado para o semiárido**. Feira de Santana: MOC/Curviana, p.15 – 31, 2013.

TORRES, P. C. L. **Edição do campo no contexto do semiárido: a prática educativa da Ecoescola Tomas a Kempis em Pedro II - Piauí**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Piauí, 2019.

TORRES, D. Educação do campo, avaliação e currículo: Um olhar a partir da interculturalidade crítica. **Revista Espaço do Currículo**, v. 6, n. 3, p. 595-607, 2013.

VENDRAMINI, C. R. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cadernos Cedes**, v. 27, p. 121-135, 2007.

VILELA, E. S.M. SENRA, R. E. F. Educação do Campo e Currículo: território em disputa em uma escola de Campo Novo do Parecis/MT. **Revista Espaço do Currículo**, João Pessoa, v.13, n.3, p. 517-530, set/dez. 2020.